



**EMPODERAMENTO
ECONÔMICO
DA POPULAÇÃO
AFRODESCENDENTE**

**E O PAPEL DOS BANCOS NACIONAIS E
MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO**

Ficha Técnica

COORDENAÇÃO GERAL E EDIÇÃO: Carolina de Almeida Pereira

REDAÇÃO: Carolina de Almeida Pereira

REVISÃO TÉCNICA: Iradj Roberto Eghrari

EDITORAÇÃO: Antônio Carlos “KK” Santos Filho

realização



apoio



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

Empoderamento Econômico da População Afrodescendente e o Papel dos Bancos
Nacionais e Multilaterais de desenvolvimento

Primeira Edição

NOVEMBRO 2024

Sumário

05

APRESENTAÇÃO

07

1. PAINÉIS

1.1. PAINEL DE ABERTURA

1.2. PRIMEIRO PAINEL - BANCOS MULTILATERAIS, NACIONAL E REGIONAIS: SEU PAPEL NO EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA POPULAÇÃO AFRODESCENTE

1.3. SEGUNDO PAINEL - PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE CIVIL: QUAL O EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA POPULAÇÃO AFRODESCENTE DESEJADO E COMO OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO PODEM CONTRIBUIR PARA ISSO?

18

2. GRUPOS DE TRABALHO

2.1. GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMPODERAMENTO ECONÔMICO DA POPULAÇÃO AFRODESCENTE

2.2. GRUPO DE TRABALHO 2 - TRABALHO DE MULHERES NEGRAS E EMPREENDEDORISMO

2.3. GRUPO DE TRABALHO 3 - CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES E AGENDA PARA PROJETOS DE EMPODERAMENTO DA POPULAÇÃO AFRODESCENTE

22

3. RECOMENDAÇÕES

3.1. RECOMENDAÇÕES PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

3.2. RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICA PÚBLICA E GOVERNOS

3.3. RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL E PARCERIAS INTERSETORIAIS

27

4. CONCLUSÃO

Apresentação

Em 31 de dezembro de 2023, o Estado brasileiro assumiu a Presidência do G20 de 2024, colocando em destaque duas prioridades inter-relacionadas e de emergente importância global: o combate às desigualdades e o compromisso com a reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional. Essas questões, que tocam diretamente nas bases das injustiças estruturais que perpetuam a marginalização de populações subalternamente racializadas, ganham ainda mais relevância quando consideradas no contexto das pessoas afrodescendentes, historicamente excluídas das principais esferas econômicas. Nesse cenário, Geledés - Instituto da Mulher Negra, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os grupos de engajamento do G20, Civil 20 (C20), Think 20 (T20), Women 20 (W20) e a ONU Mulheres Brasil, reconheceram a urgência de integrar o enfrentamento à discriminação étnico-racial como parte de suas agendas prioritárias, buscando avançar em políticas de inclusão que promovam a igualdade formal e mudanças substanciais nas condições de vida da população afrodescendente, por meio do empoderamento econômico.

A proposta deste documento responde à necessidade de sistematizar e aprofundar as discussões decorrentes do seminário Empoderamento Econômico da População Afrodescendente e o Papel dos Bancos Nacionais e Multilaterais de desenvolvimento, realizado em Brasília, DF, nos dias 9 e 10 de setembro de 2024, que tratou do papel dos Bancos Nacionais e Multilaterais de Desenvolvimento no empoderamento econômico da população afrodescendente. O programa do seminário encontra-se no Anexo I.

O seminário foi fruto da colaboração entre Geledés – Instituto da Mulher Negra, Ipea, Grupo de trabalho 8 do C20, Forças tarefas 1 e 3 do T20, W20 e ONU Mulheres Brasil, representando uma articulação entre grupos e instituições dedicadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas, tanto em nível nacional quanto internacional. Geledés, com sua longa trajetória de incidência política e atuação em prol da promoção da igualdade racial e de gênero, desempenha um papel crucial ao trazer para a pauta global a importância de se considerar as especificidades da população afrodescendente, particularmente as mulheres negras, na formulação de políticas de desenvolvimento. A colaboração com o Ipea, que é o principal instituto de pesquisa em políticas públicas no Brasil, especializado em fornecer dados e análises para o governo, reforça o caráter multidimensional das discussões, que se ancoram tanto na expertise técnica quanto no ativismo político por justiça social.

ONU Mulheres Brasil, com seu mandato para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, oferece uma perspectiva especializada essencial para garantir que as questões de gênero estejam centralmente incluídas nas políticas de desenvolvimento. O W20, grupo de engajamento do G20 focado na promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres de forma interseccional, contribui com a defesa de políticas que busquem garantir oportunidades iguais para mulheres afrodescendentes em todos os aspectos da vida social e econômica. O Grupo de Trabalho 8 do C20, dedicado à promoção do direito das mulheres e igualdade de gênero, atua como um canal essencial de participação da sociedade civil nas discussões sobre empoderamento econômico e emancipação política, especialmente no que diz respeito à inclusão da população afrodescendente nas

agendas de desenvolvimento. Juntas, as Forças Tarefas 1 e 3 do T20, compostas por especialistas de think tanks globais, fornecem o arcabouço intelectual e as recomendações necessárias para reformar o sistema financeiro internacional, ao mesmo tempo em que combatem a fome, pobreza e discriminação racial.

A importância deste documento reside, em parte, na identificação de lacunas observadas nas políticas de inclusão econômica e social que, historicamente, têm falhado em atender às necessidades específicas das pessoas afrodescendentes. Porém, mais ainda, ele é uma resposta ao chamado expresso pelo G20 em transformar declarações e compromissos em ações concretas, com vistas a erradicar as discriminações raciais que permeiam os sistemas econômicos globais.

Desta forma, os objetivos centrais deste documento são, primeiramente, compilar e analisar as propostas e debates surgidos no seminário com o intuito de influenciar a formulação de políticas públicas que promovam o empoderamento econômico da população afrodescendente. Além disso, com este documento visa-se incentivar o protagonismo dos Bancos Nacionais e Multilaterais de Desenvolvimento, destacando a necessidade de que suas políticas de crédito, financiamento e investimento sejam desenhadas de modo a promover uma inclusão econômica efetiva, sustentável e centrada na justiça racial. Em última instância, espera-se que este documento contribua para articular um plano de ação que vise a inserção econômica de pessoas afrodescendentes em setores estratégicos da economia, com foco no combate às desigualdades estruturais.

A metodologia empregada para a construção deste documento baseou-se na coleta de informações durante o evento, utilizando métodos de análise documental e observação direta das discussões com o objetivo de elaborar uma relatoria. As intervenções dos participantes foram cuidadosamente analisadas e as propostas apresentadas foram sistematizadas para oferecer uma compreensão ampla e detalhada dos desafios e oportunidades discutidos. O documento adota uma abordagem crítica, ao mesmo tempo em que busca destacar soluções práticas, baseadas em evidências, para as questões abordadas, com ênfase nas dimensões de empoderamento econômico e inclusão racial.

Este documento está organizado em três seções principais, conforme destacado no programa que se encontra no Anexo I. A primeira seção - Painéis - traz uma análise das principais ideias discutidas nos três painéis do seminário, que abordaram o papel dos Bancos Nacionais e Multilaterais de Desenvolvimento na promoção do empoderamento econômico da população afrodescendente. Nessa seção, destaca-se a importância das políticas dessas instituições na redução das desigualdades sociais e econômicas, explorando como suas ações podem ser catalisadoras de transformações estruturais no combate ao racismo e na promoção da justiça social.

A segunda seção - Grupos de trabalho - é dedicada às principais discussões e ideias emergentes dos grupos de trabalho, nos quais os participantes aprofundaram os debates iniciados nos painéis. A lista de participantes encontra-se no Anexo II. Nessa parte, são sintetizadas as propostas e reflexões colaborativas dos grupos, que focaram em estratégias práticas e inovadoras para fortalecer as políticas de inclusão econômica. Por fim, a terceira seção - Recomendações - oferece um conjunto de diretrizes e propostas, que decorrem dos painéis e dos grupos de trabalho, que buscam orientar tanto os formuladores de políticas quanto as instituições financeiras para que suas iniciativas sejam inclusivas e promovam uma transformação estrutural, com foco no combate à discriminação racial e de gênero.

1. Paineis

1.1. Painel de abertura

PARTICIPARAM DO PAINEL DE ABERTURA DO EVENTO ILUSTRES CONVIDADAS E CONVIDADOS QUE CONTRIBUÍRAM COM DISCUSSÃO DO TEMA CENTRAL DO SEMINÁRIO, A PARTIR DA PERSPECTIVA DE SUAS INSTITUIÇÕES.

Ana Carolina Querino: Representante Interina da ONU Mulheres Brasil. É cientista política e mestre em Ciências Sociais. Com extensa experiência na ONU Mulheres, coordenou o Programa Regional sobre gênero, raça, etnia e pobreza na América Latina e liderou a área de Empoderamento Econômico das Mulheres. Como Representante Interina e Gerente de Programas da ONU Mulheres Brasil, é responsável pelas áreas de Empoderamento Econômico, Governança e Participação Política, Normas Globais e Coordenação Interagencial.

Ana Carolina Querino ressaltou a importância da presidência brasileira do G20, que trouxe temas como igualdade racial e empoderamento da população negra para o centro das discussões de desenvolvimento. Ela elogiou o papel do Ministério da Igualdade Racial e outras lideranças que têm trabalhado para tornar essas pautas fundamentais na agenda do G20, com destaque para a proposta brasileira do ODS-10. Ressaltou a necessidade de colaboração entre instituições e a construção de redes estratégicas para promover mudanças estruturais. Mencionou o papel de diversos atores, incluindo o Ministério da Fazenda, Geledés, ONU Mulheres, Ipea, Bndes e outros bancos multilaterais de desenvolvimento, para somar esforços em prol de uma economia antirracista e inclusiva, com as pessoas no centro das estratégias de desenvolvimento. Enfatizou a interligação entre a Agenda 2030, o Acordo de Paris e as estratégias de desenvolvimento sustentável, especialmente para comunidades marginalizadas, como mulheres negras e povos indígenas. Ela sublinhou a importância dos bancos de desenvolvimento no empoderamento econômico das mulheres, especialmente afrodescendentes, através de apoio a micro, pequenas e médias empresas, além da infraestrutura de cuidados, alinhada com prioridades do W20. Ela também destacou a contribuição do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nesse campo, ressaltando a crescente consciência sobre a relevância de políticas de gênero e raça na missão desses bancos.

Ana Fontes: Chair do W20, CEO e Fundadora da Rede Mulher Empreendedora e Instituto RME. Reconhecida como uma das 500 personalidades mais influentes da América Latina pela Bloomberg, ela lidera iniciativas que promovem o empoderamento feminino no empreendedorismo e é uma das vozes de destaque no Conselho do Pacto Global da ONU no Brasil. Além de integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS) da Presidência da República.

Ana Fontes destacou que a presidência brasileira do W20 para 2023 incluiu cinco temas prioritários para o documento final, dos quais três são pautas recorrentes: apoio a mulheres empreendedoras no acesso ao capital, aumento da participação feminina nas áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e enfrentamento à violência contra as mulheres. Ela explicou a importância de cada tema, destacando o papel das áreas STEM na remuneração e na inclusão. Mencionou as novas pautas trazidas pelo Brasil em 2023: justiça climática com perspectiva de gênero e valorização da economia do cuidado. Ambas as pautas refletem questões que afetam desproporcionalmente mulheres e pessoas negras e enfatizam a importância de políticas públicas que reconheçam e valorizem o trabalho de cuidado, predominantemente realizado por mulheres. Apontou que a delegação brasileira luta para manter a inclusão de raça e etnia como uma pauta transversal no documento, enfrentando resistências significativas. Ela reforçou que a integração dessas questões é essencial para uma abordagem completa e coerente das pautas de gênero.

Carolina Almeida: Assessora internacional de Geledés - Instituto da Mulher Negra. É filósofa, internacionalista e cientista política, mestre e doutora em estudos latino-americanos, atua como representante de Geledés nos mecanismos de revisão periódica das Nações Unidas e no G20. Atualmente, é co-facilitadora do grupo de trabalho de direitos das mulheres no C20.

Carolina Almeida ressaltou que o empoderamento econômico da população afrodescendente é um passo vital e urgente para combater o racismo estrutural e promover uma sociedade mais justa e próspera. Ela argumentou que políticas econômicas antirracistas beneficiaram não apenas a população afrodescendente, mas também o tecido social brasileiro como um todo. Criticou o racismo como um projeto político e econômico intencional que historicamente explorou a força de trabalho da população afrodescendente, perpetuando desigualdades e, por isso, defendeu a necessidade de intervenção estatal para promover políticas públicas de desenvolvimento econômico que valorizem as contribuições da população afrodescendente. Rejeitou a ideia de que a meritocracia e o mercado autorregulado podem resolver essas desigualdades e destacou que o aumento de renda de uma família negra beneficia toda a comunidade, impulsionando a coesão social e o desenvolvimento sustentável do país.

Luciana Servo: Presidenta do Ipea. É técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea, mestre e doutora em economia com especialização em economia da saúde. Servidora do Ipea desde 1998, possui vasta produção acadêmica em temas como financiamento e gastos em saúde, contas de saúde, análise de políticas públicas, mercado de trabalho e economia regional.

Luciana Servo destacou o caráter coletivo e colaborativo da organização do evento, ressaltando que a iniciativa só foi possível graças ao trabalho conjunto de diversas instituições e parceiros, como Geledés, Ibirapitanga, e Open Society. Luciana Servo trouxe dados sobre a precariedade enfrentada por empreendedores negros no Brasil, incluindo o rendimento significativamente menor em comparação a empreendedores brancos e as dificuldades no acesso ao crédito. Ela ressaltou que esses desafios estruturais se mantêm apesar de avanços, reforçando que as desigualdades entre pessoas afrodescendentes e brancas persistem quase inalteradas ao longo das últimas décadas. Enfatizou que os bancos de desenvolvimento desempenham um papel central na promoção de uma economia mais inclusiva, mas observou que eles também têm limitações e missões específicas. Ela defendeu a necessidade de pensar em políticas de crédito e desenvolvimento mais alinhadas às realidades da população afrodescendente, com a colaboração de bancos comerciais e outras instituições. Luciana Servo argumentou também sobre a importância de tornar o debate sobre equidade racial uma agenda contínua e central nos fóruns multilaterais, especialmente no contexto da presidência brasileira do G20. Por fim, concluiu enfatizando o esgotamento enfrentado por líderes afrodescendentes que frequentemente se encontram isolados em posições de liderança reforçando que a representatividade e o empoderamento são fundamentais para transformar essa realidade e promover uma inclusão autêntica e abrangente.

José Henriques Jr.: Coordenador da Trilha de Finanças do G20/Ministério da Fazenda. É doutorando em Economia pela Universidade de Brasília. No Ministério da Fazenda atua na Secretaria de Assuntos Internacionais, colaborando em discussões globais sobre estabilidade econômica, tributação internacional e inclusão financeira.

José Henriques Jr. destacou que o empoderamento econômico da população afrodescendente é crucial para o desenvolvimento pleno do Brasil, pois as desigualdades raciais impactam negativamente a produtividade e a distribuição de renda. Ele ressaltou que o país não alcançará seu potencial de desenvolvimento sem abordar a questão racial. Apontou a relevância dos bancos multilaterais e nacionais, como o BNDES e o BID, para alavancar políticas públicas e criar instrumentos financeiros que incentivem a inclusão da população afrodescendente no mercado de trabalho e em atividades empreendedoras. Mencionou iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e o compromisso com temas de desigualdade e inclusão racial e de gênero na trilha de finanças do G20. Ele destacou a inédita participação de países africanos e movimentos de favelas como o F20 nas discussões do G20, buscando maior representatividade e voz para grupos historicamente marginalizados. Por fim, celebrou uma vitória recente em um documento da Trilha Financeira em negociação na Coreia do Sul sobre representatividade de gênero e inclusão de mulheres no topo das instituições financeiras, que também abordou a representatividade racial, um passo importante para integrar raça, gênero e desigualdade na agenda financeira do G20.

Sara Branco: Coordenadora do Secretariado do C20. É advogada e mestre em Direitos Humanos com foco em discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho brasileiro e ênfase na condição socioeconômica das mulheres negras.

Sara Branco explicou que o C20 é o grupo de engajamento focado na sociedade civil dentro do G20, constituído oficialmente em 2013. Neste ano [2024], o C20 assumiu um compromisso inédito com a promoção da equidade racial na agenda do G20, destacando a inclusão de um grupo de trabalho específico sobre economias antirracistas e inclusivas, uma inovação e demanda das organizações negras brasileiras. Ela destacou uma das principais recomendações do grupo, que visa modelos de financiamento para países em desenvolvimento que não aumentem o endividamento, mas que sejam voltados para reparações históricas, promovendo desenvolvimento sustentável e inclusivo. Sara Branco enfatizou a necessidade de uma governança inclusiva e equitativa nos bancos multilaterais de desenvolvimento, que inclua a população afrodescendente e promova uma participação ativa em processos de alívio da dívida e empréstimos, sem condicionalidades fiscais e com avaliação de riscos centrada no interesse público. Por fim, ela defendeu a criação de fundos consensuais com doações, em vez de linhas de crédito convencionais, para organizações negras, que de acordo com ela, é uma medida essencial para que as organizações possam participar ativamente das agendas políticas, tanto nacionais quanto globais, e contribuir para o desenvolvimento social.

Tereza Campello: Diretora Socioambiental do BNDES. É economista e pesquisadora, atua no Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS/USP) e como professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde da Escola Fiocruz de Governo. Doutora Notório Saber em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz, com pós-doutorado em Segurança Alimentar pela Universidade de Nottingham, Reino Unido, foi titular da Cátedra Josué de Castro na USP entre 2020 e 2022. Foi ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2011 a 2016 e coordenou o Programa Bolsa Família e a Política Nacional de Assistência Social e Segurança Alimentar.

Tereza Campello defendeu que a inclusão econômica da população afrodescendente é mais do que uma questão de justiça social – é essencial para o crescimento econômico sustentável do país. Ela comparou a desigualdade racial a um “teto” que impede o Brasil de alcançar seu potencial de desenvolvimento, enfatizando que o país precisa superar esse obstáculo para romper com o “voo da galinha”, um ciclo de crescimento limitado e estagnado. Ela abordou as resistências institucionais e políticas que dificultam a implementação de políticas de crédito e financiamento diferenciadas para populações vulnerabilizadas, especialmente a população afrodescendente. Tereza Campello afirmou que o debate sobre crédito diferenciado para empreendimentos de liderança negra está praticamente “interditado” e que, sem uma mudança estrutural nesse sistema, as iniciativas do BNDES terão impacto limitado. Por fim, ela argumentou que, para realmente avançar na inclusão racial, é necessário que o debate sobre empoderamento econômico e crédito diferenciado seja abordado nas grandes instituições financeiras e na sociedade em geral. A liderança do BNDES, de acordo com Tereza, deve expandir esse debate para outros setores, como a FEBRABAN e a Faria Lima, mobilizando uma discussão abrangente sobre desenvolvimento inclusivo.

CITAÇÕES

Ana Carolina Querino

“A inovação que precisamos ter nos fóruns multilaterais é colocar a questão do empoderamento econômico da população negra no centro das estratégias de desenvolvimento. Não se trata apenas de enfrentar o racismo, mas de liberar a potência que a população negra já traz para a construção de uma sociedade mais justa e próspera.”

Ana Fontes

“Não dá pra falar de gênero sem raça, não dá pra falar de raça sem gênero, a gente precisa trabalhar os dois pontos.”

Carolina Almeida

“Não há futuro próspero para o Brasil, para o mundo, sem a inclusão plena e justa da população afrodescendente. E não existe atalho. O caminho para o desenvolvimento pleno passa necessariamente pela igualdade racial e de gênero.”

Luciana Servo

“A população negra em cargo de liderança está cansada de ser unicórnio. Isso também tem que mudar. Isso passa pelo empoderamento e pela representatividade.”

José Henriques Jr.

“Se não resolvermos o problema racial do Brasil, não teremos o nosso pleno potencial de desenvolvimento. A questão racial hoje é um dos entraves do desenvolvimento do Brasil e de outras nações que também tiveram histórico de escravidão.”

Sara Branco

“É uma provocação para pensarmos o debate econômico trazendo raça para o centro da conversa.”

Tereza Campello

“A inclusão da população negra não é só uma questão de justiça social. Ou o Brasil vai se transformar empoderando a população afrodescendente, ou vamos continuar no velho voo da galinha. Cresce um pouco e para.”

1.2. Primeiro Painel - Bancos Multilaterais, Nacional e Regionais: Seu Papel No Empoderamento Econômico da População Afrodescendente

No Segundo Painel, Tereza Campello abordou iniciativas recentes do Bndes voltadas à inclusão social, como o Viva a Pequena África, que prioriza o fortalecimento econômico das comunidades locais no Rio de Janeiro para evitar a gentrificação e preservar a identidade cultural. Ela destacou o compromisso do banco com ações afirmativas, como as cotas de 30% para afrodescendentes em seu concurso público, além da implementação de oficinas de capacitação para desmistificar o processo de inscrição em editais para comunidades vulneráveis, incluindo quilombolas e periféricas. Tereza defendeu a necessidade de o Bndes incorporar uma cultura de desenvolvimento inclusivo e sustentável, onde “o banco passe a pensar automaticamente em como cada projeto impacta o empoderamento da população afrodescendente e a equidade de gênero, ou continuaremos com uma agenda limitada que não muda a realidade na escala e na velocidade necessárias para transformar o país.” Por fim, ela enfatizou que alcançar mudanças estruturais requer articulação entre governo, sociedade civil, judiciário e instituições financeiras, para que políticas de crédito e acesso sejam implementadas de forma equitativa e eficaz.

Morgan Doyle é Gerente Geral do Departamento do Cone Sul (CSC) no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 1º de outubro de 2024. Anteriormente, atuou como representante do BID no Brasil, desde março de 2020, liderando o diálogo do Banco com diversos níveis de governo, setor privado, ONGs e startups, e atualizando a Estratégia de País do Grupo BID para o Brasil em 2024. Também ocupou o cargo de Assessor Sênior da Vice-Presidência de Setores e Conhecimento. É formado e mestre pela Universidade de Brown em Desenvolvimento Internacional, tendo recebido diversas distinções acadêmicas, como a bolsa Fulbright e uma bolsa de pesquisa da Fundação Interamericana (IAF)

Morgan Doyle reconheceu a importância de sua posição de escuta e apoio, já que, como homem branco e estrangeiro, ele não é o protagonista da pauta racial, mas representa o compromisso institucional do BID com a inclusão. Morgan destacou o impacto econômico de eliminar desigualdades raciais e de gênero, citando um estudo do BID que aponta um potencial de aumento do PIB brasileiro em até 30% caso essas disparidades sejam resolvidas. Ele compartilhou exemplos concretos de iniciativas do BID, como o apoio ao Ministério da Igualdade Racial na criação de materiais pedagógicos antirracistas, a capacitação de empreendedores afrodescendentes no setor de turismo afro-brasileiro em Salvador, e a ampliação da inclusão digital em comunidades quilombolas e ribeirinhas no Pará. Morgan também enfatizou o compromisso do BID em fornecer dados e promover a transversalidade racial em todos os seus projetos, com o objetivo de “corrigir as distorções para beneficiar toda a sociedade.” Ele celebrou o papel do Brasil no G20 ao colocar a equidade racial no centro da agenda global e reafirmou a aspiração do BID de colaborar com outras instituições, como o BNDES, para contribuir de forma significativa para a transformação inclusiva do país.

Viviane Vecchi Mendes Muller é Analista de Comércio Exterior, economista e mestre em Teoria Econômica. Com uma trajetória de mais de uma década no serviço público federal, trabalhou como economista na Defensoria Pública da União (2010-2012) e professora substituta na UnB (2014-2015). Atuou como assessora no Ministério do Planejamento (2016-2019), chefe de gabinete e Secretária Especial Adjunta na Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (2018-2022). Em 2023, no MDIC, foi Coordenadora de Gestão de Pessoas e, atualmente, é Coordenadora-Geral de Financiamento Externo para Projetos Sociais, Sustentabilidade e Modernização do Estado no Ministério do Planejamento e Orçamento.

Viviane Muller destacou a importância de, pela primeira vez em 58 anos, ter mulheres na liderança da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento, o que tem impulsionado a agenda de gênero e a coleta de dados desagregados para identificar lacunas de inclusão. Ela mencionou que apenas 8% dos projetos financiados eram liderados por mulheres e que 12% das prefeituras brasileiras são chefiadas por mulheres, ressaltando a necessidade de dados para combater desigualdades estruturais. Como resposta, a Secretaria organizou uma capacitação para líderes municipais femininas, com ênfase em perspectiva de gênero, que atraiu 289 inscrições para apenas 50 vagas, evidenciando a demanda por treinamento. Além disso, foi criado um programa de mentoria para as prefeitas recém-eleitas. Para Viviane, “não basta incluir as minorias e a população à margem; essa inclusão precisa ser qualificada e capacitada para promover mudanças estruturais significativas”. Por isso, a Secretaria está formalizando uma aliança com bancos de desenvolvimento para promover uma inclusão realmente transformadora. O portal de financiamento externo também será atualizado para coletar dados desagregados sobre raça, visando um mapeamento mais profundo das disparidades. Ela enfatizou que, para maximizar o impacto, os projetos devem ser replicáveis e alcançar a ponta, especialmente em iniciativas como o Plano Juventude Negra Viva, onde os bancos de desenvolvimento são aliados essenciais para desenhar e escalar projetos.

Cynthia Liliane Kamikazi é Chefe de Parcerias, Políticas e Mobilização de Recursos no Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), além de angel-investor e fundadora e presidente da ShEmpowers. Com uma carreira de 20 anos dedicada à mobilização de parceiros e investidores para programas de equidade e inclusão, possui vasta experiência em desenvolvimento de políticas, estratégias de negócios, parcerias estratégicas e instrumentos de financiamento inovador. Atuou em ONGs globais, na ONU e em organizações de desenvolvimento. Sua trajetória envolve o desenvolvimento de iniciativas de impacto e o fortalecimento de direitos humanos por meio de soluções estratégicas e inovadoras.

Cynthia Kamikazi enfatizou o papel do Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB) no empoderamento econômico das mulheres africanas, ressaltando que a igualdade de gênero é vista pelo banco como uma “estratégia inteligente para a economia.” Integrado em todas as suas operações, o gênero é central na estratégia de dez anos do banco (2024-2033), priorizando o empoderamento econômico das mulheres como fundamental para o desenvolvimento sustentável. Entre as iniciativas de maior impacto está a AFAWA (Ação de Financiamento Afirmativo para as Mulheres na África), que visa reduzir a lacuna de financiamento de US\$49 bilhões enfrentada pelas empreendedoras africanas. Esse programa, que em três anos já beneficiou mais de 18 mil empresas de mulheres em 43 países com quase US\$2 bilhões distribuídos, combina incentivos e capacitação para tornar negócios femininos elegíveis a financiamento. Além disso, o AfDB lançou uma plataforma de monitoramento que usa um sistema de “marcação de gênero” para avaliar o impacto dos projetos na igualdade de gênero e promover o empoderamento das mulheres, já alcançando 100% de cobertura nos programas públicos. Cynthia também enfatizou a importância das parcerias internacionais, como a colaboração com o Brasil e os grupos de engajamento do G20, convidando-os a intensificar o apoio à independência econômica das mulheres africanas. “Acreditamos que quando empoderamos as mulheres, empoderamos as nações,” afirmou Cynthia, referindo-se à inclusão financeira como pilar para o desenvolvimento sustentável da África.

Lorena Dantas Simas Cerqueira é Coordenadora Executiva no Ministério da Igualdade Racial, com experiência em iniciativas de promoção da igualdade racial e defesa dos direitos humanos, especialmente nas áreas de comunicação e relacionamento com comunidades vulneráveis. Atuou em órgãos públicos, como o Governo do Estado da Bahia, na assessoria da CONDER, e na coordenação de ações voltadas ao Programa Primeiro Emprego FESF-SUS, além de prestar serviços à Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza de Salvador, onde colaborou em equipamentos de assistência e proteção social.

Lorena Cerqueira apresentou a estrutura e as ações do Ministério da Igualdade Racial (MIR), destacando a Secretaria de Políticas de Combate e Superação do Racismo (CEPAR) e suas diretorias, que promovem iniciativas transversais e cooperativas voltadas ao empoderamento econômico da população negra. Como exemplo de política pública transformadora, ela mencionou o Plano Juventude Negra Viva, lançado em 2024 como o maior pacote de políticas já voltado à juventude negra, elaborado em parceria com 18 ministérios e estruturado em 217 ações com 11 eixos de atuação. Esse plano reflete as especificidades de cada território e foi desenvolvido a partir de uma “escutativa” com 6 mil jovens afrodescendentes de todo o Brasil, garantindo que as políticas sejam moldadas pelas próprias demandas dos beneficiários. Ela destacou, ainda, o apoio do Banco Mundial no desenvolvimento do Índice de Vulnerabilidade da Juventude Negra, uma ferramenta fundamental para avaliar os desafios enfrentados por essa população. Para Lorena, “o Plano Juventude Negra Viva é mais do que um documento; ele é um compromisso construído junto à juventude negra, considerando as demandas e realidades de cada território. Esse é o maior pacote de políticas públicas para a juventude negra da história do Brasil”. Ela também destacou a importância de uma atuação coordenada entre diferentes ministérios e bancos para garantir recursos e implementar políticas de reparação social e fortalecimento socioeconômico.

1.3. Segundo Painel - Perspectivas da Sociedade Civil: Qual o Empoderamento Econômico da População Afrodescendente Desejado e Como os Bancos de Desenvolvimento Podem Contribuir para isso?

Gabriel Dantas é assessor internacional do Instituto Geledés – Instituto da Mulher Negra: advogado e mestre em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde também se especializou em Direito Administrativo. Sua trajetória alia experiência jurídica e com a promoção da justiça social e dos direitos da população negra, contribuindo para o fortalecimento de pautas antirracistas em contextos nacionais e internacionais.

No Segundo Painel, Gabriel Dantas celebrou o início de uma discussão multilateral sobre o empoderamento econômico da população afrodescendente, expressando a expectativa de que esse diálogo avance para fóruns globais como o G20 na África do Sul e nos Estados Unidos. Ele argumentou que o empoderamento econômico deve ser visto tanto como uma questão de justiça reparatória quanto de desenvolvimento socioeconômico, com foco especial nas mulheres afrodescendentes. Para Gabriel, “não é só uma questão de reparação, é uma questão de desenvolvimento. A justiça reparatória precisa incluir a justiça econômica para promover o efetivo empoderamento da população afrodescendente”. Ele reforçou ainda o impacto financeiro da desigualdade racial, citando estudos que apontam prejuízos de bilhões de reais por mês devido a essa disparidade no Brasil, e concluiu sua fala propondo uma reflexão central: qual é o empoderamento econômico desejado para a população afrodescendente e como os bancos de desenvolvimento podem contribuir para essa missão?

Bárbara Reynolds é Presidente do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre a População Afrodescendente das Nações Unidas: É também Vice-Presidente de Administração, Avanço e Planejamento da University of the Southern Caribbean, em Trinidad e Tobago, e atuou como Vice-Reitora da University of Guyana entre 2014 e 2019. Com vasta experiência internacional em direitos humanos e educação, trabalhou como Chefe de Educação na Save the Children UK e passou duas décadas em funções de gestão e representação na UNICEF. Co-preside a CARICOM Digital Skills Task Force e integra o Painel Técnico de Assessores do Global Partnership for Education. É formada em Educação (Caribbean Union College), possui mestrado em Currículo e Ensino (Howard University), doutorado em Desenvolvimento Educacional Internacional (Columbia University) e mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos (University of Oxford).

Bárbara Reynolds refletiu sobre as lições da pandemia de COVID-19, destacando a interconectividade global e o papel da digitalização, que pode ter efeitos tanto positivos quanto negativos, e ressaltou a capacidade de resposta rápida que os países demonstraram quando motivados, como na criação das vacinas. Ela enfatizou a importância de os afrodescendentes terem visibilidade e poder decisório, especialmente nas delegações da ONU, onde são frequentemente sub-representados: “Queremos visibilidade e voz. Quando as delegações vão para a ONU, elas devem ter afrodescendentes, se há afrodescendentes no país. Porque se ficamos em silêncio, fazemos parte do problema”. Bárbara também defendeu a justiça econômica e equidade, argumentando que as constituições podem reconhecer direitos iguais, mas a aplicação da justiça permanece desigual, especialmente nos sistemas

judiciários. Ela destacou que os bancos de desenvolvimento devem focar em projetos de impacto escalável e adotar critérios de financiamento que considerem condições de trabalho justas e dados desagregados para entender as necessidades das comunidades afrodescendentes e indígenas. Além disso, Bárbara propôs que os bancos apoiem formas tradicionais de financiamento comunitário, como cooperativas, e apontou a necessidade de “persistência e compromisso a longo prazo para reparar as consequências históricas da diáspora africana, lembrando que esse é um processo que pode levar até cem anos”.

Janaina Gama *é especialista em diversidade e inclusão focada na área de direitos humanos e responsabilidade social: Atua como co-líder do W20, grupo de engajamento de mulheres do G20, e é Consultora Sênior de DEI, com experiência em empresas de O&G. Mestre em Direitos Humanos, Janaina se dedica ao desenvolvimento de estratégias corporativas para diversidade e inclusão, com enfoque em ESG e neurociência organizacional. É autora de conteúdos voltados para a igualdade racial e direitos humanos e palestrante em eventos nacionais e internacionais, como o Fórum WEPs da ONU Mulheres e o Fórum de Negócios e Direitos Humanos da ONU. Coautora dos livros “Jornada de Inclusão” e “Diversidade e Inclusão: Casos Práticos”.*

Janaina Gama destacou a importância da parceria e representatividade no W20, grupo de engajamento do G20 dedicado ao empoderamento econômico das mulheres, e a relevância das alianças com outros grupos para enfrentar as desigualdades de gênero e raça em um país tão vasto como o Brasil. Ela salientou o desafio de inserir a questão racial e o conceito de interseccionalidade nas discussões, mencionando a dificuldade das delegadas do W20 de outros países em compreender essa abordagem, embora tenham começado a reconhecer sua importância. Janaina define o empoderamento econômico como a recuperação consciente do potencial das pessoas oprimidas, com foco na liberdade e autonomia das mulheres. Além disso, ela compartilhou a iniciativa de levar delegadas internacionais à Pequena África no Rio de Janeiro para sensibilizá-las sobre o contexto histórico e racial brasileiro, essencial para entender a singularidade do racismo no Brasil. Janaina também reforçou o compromisso do W20 com pautas como economia do cuidado, exclusão digital, racismo ambiental e violência de gênero, sempre integrando gênero e raça, e lembrou o compromisso de Brisbane de reduzir a disparidade de gênero na força de trabalho até 2025: “Não deixar nenhuma mulher para trás, em especial aquelas historicamente discriminadas, como as mulheres negras e as mulheres das demais etnias.”

Nikolay Bispo *é mestre em Direito e Desenvolvimento e doutor em Direito Constitucional: Atualmente, é docente colaborador do FGV LAW, coordenador executivo e pesquisador no Núcleo de Justiça e Constituição (NJC) da FGV Direito SP, onde também participa da comissão de seleção dos cursos de pós-graduação lato sensu. Atua como professor em instituições como FGV Direito SP, Saint Paul - Escola de Negócios, Escola Paulista de Direito (EPD) e EF-SBDP. Advogado especializado em Direito Empresarial de Interesse Público, Nikolay também tem experiência em consultoria acadêmica e foi assistente editorial na Revista Direito GV.*

Nikolay Bispo enfatizou a necessidade de uma política nacional de empreendedorismo voltada para afrodescendentes, indígenas e pessoas das periferias, ressaltando o trabalho do Instituto Feira Preta para construir essa proposta. A ideia é uma política contínua e autônoma, adaptada às especificidades dos negócios periféricos e afro-indígenas, visando promover a inclusão econômica desses grupos. Ele abordou as barreiras históricas que empreendedores negros enfrentam no Brasil, como a exclusão de políticas de desenvolvimento e o acesso limitado a crédito – apenas 26% dos empreendedores afrodescendentes obtêm financiamento, e mulheres afrodescendentes iniciam seus negócios com um capital 37 vezes menor que o das brancas. Nikolay também destacou as limitações do microcrédito no Brasil, que, apesar de regulamentado, alcança apenas uma pequena parcela da população periférica. Somente cooperativas e bancos públicos chegam às áreas mais afastadas, e ele defende que políticas de microfinanças e fundos garantidores precisam de estruturas que realmente cheguem à

periferia. Além disso, ele sugeriu a criação de cadeias de valor inclusivas e políticas de compras públicas e privadas que priorizem empreendimentos liderados por afrodescendentes, indígenas e periféricos. “Negros não têm capital social. Periféricos não têm capital social. Indígenas não têm capital social. Como que você cria capital social? Criando mercados, oportunidades reais, e incentivo à cadeia de valor”.

Marcelo Paixão *é economista e doutor em sociologia, atualmente pesquisador na Universidade de Austin, no Texas (EUA): Fundador e ex-coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Paixão dedica-se ao estudo das desigualdades raciais no Brasil, promovendo a análise e monitoramento de dados econômicos com essa finalidade. Ele também integra o conselho científico do Instituto Escolhas, aplicando a metodologia de monitoramento de dados em contextos de justiça racial e ambiental.*

Marcelo Paixão enfatizou a urgência de transformar tanto a formação acadêmica em economia quanto o sistema financeiro brasileiro, pois ambos ignoram variáveis como raça e gênero, reforçando um “teto de vidro” que impede o avanço de afrodescendentes e mulheres. Ele observou que essa exclusão está presente na ausência de disciplinas sobre Economia da Discriminação nas universidades, o que perpetua uma visão limitada sobre os impactos sociais da economia. Além disso, Marcelo destacou que o acesso à informação, fundamental para decisões econômicas, é frequentemente distorcido por preconceitos numa sociedade discriminatória, resultando em barreiras invisíveis para agentes econômicos negros, limitando suas oportunidades de crédito e mobilidade social. Ele criticou a omissão das instituições financeiras e reguladoras, como o Banco Central, que não aplicam efetivamente políticas de microcrédito produtivo orientado, destinadas a reduzir a exclusão financeira. Por fim, Marcelo propôs uma abordagem comunitária para o desenvolvimento econômico afrodescendente, argumentando que a inclusão econômica deve beneficiar famílias e comunidades, e não apenas o indivíduo. “A inclusão econômica precisa ir além da lógica individualista; deve considerar o impacto nas famílias e comunidades negras para combater o isolamento social e a incongruência de status que muitos negros bem-sucedidos experimentam”.

2. GRUPOS DE TRABALHOS

2.1. Grupo de Trabalho 1 - Políticas públicas para empoderamento econômico da população afrodescendente

Neste Grupo de Trabalho os participantes destacaram a urgência de criar políticas públicas direcionadas à inclusão econômica da população afrodescendente no Brasil, enfatizando o papel fundamental dos bancos de desenvolvimento. Os debates partiram de uma visão abrangente do empoderamento econômico, ressaltando a importância de fortalecer instituições como o BNDES para apoiar iniciativas afirmativas. A inclusão de critérios de diversidade, que incorporam raça e gênero, foi citada como exemplo transformador – a recente inclusão de 30% de cotas raciais no processo de seleção do BNDES demonstra um esforço além do mínimo legal e foi vista como uma iniciativa que poderia servir de modelo para outras instituições.

A discussão sobre a distribuição de subsídios trouxe à tona o uso desproporcional de recursos destinados a grandes empresas, sugerindo a necessidade de redirecionar esses fundos para pequenos empreendedores, sobretudo nas periferias, onde a maioria da população afrodescendente reside. Esse redirecionamento foi defendido como uma forma de promover uma economia mais inclusiva, incentivando o crescimento de negócios locais e criando um ambiente mais acessível e sustentável para empreendedores periféricos e afrodescendentes.

Outro ponto relevante foi a análise das dificuldades institucionais e jurídicas em desenvolver políticas de crédito voltadas especificamente à população afrodescendente. Em muitos casos, políticas de crédito são desenhadas para combater a pobreza em geral, o que, apesar de beneficiar a população afrodescendente, não atende plenamente às suas necessidades. A experiência do BID foi citada como um exemplo bem-sucedido de integração de políticas de inclusão racial em suas operações. O BID consolidou uma estrutura de diversidade robusta, mostrando que práticas inclusivas podem ser incorporadas de forma eficaz dentro de grandes instituições financeiras.

Além disso, os participantes abordaram o papel do mercado de capitais na promoção do empoderamento afrodescendente, sugerindo que os bancos de desenvolvimento, como o BNDES, poderiam explorar soluções inovadoras para atrair o interesse do setor privado em projetos de inclusão racial. Esse esforço conjunto seria

potencializado por parcerias internacionais e coalizões, promovendo a sinergia entre setores e consolidando políticas afirmativas. A ideia de um pacto global que conecte setores público, privado e terceiro setor para implementar políticas de inclusão foi amplamente apoiada como forma de enfrentar desafios estruturais e ampliar o alcance das iniciativas.

Por fim, a discussão ressaltou a importância de ações estruturantes e políticas de longo prazo, que resistam a mudanças governamentais e permaneçam eficazes independentemente de contextos políticos. A inclusão econômica da população afrodescendente, quando situada dentro de uma narrativa de desenvolvimento inclusivo, adquire relevância como motor de avanço para o país. Critérios rigorosos, como indicadores sociais e raciais dinâmicos, foram sugeridos para assegurar que a concessão de crédito atenda às necessidades reais das comunidades beneficiadas. A estabilidade institucional e a escuta ativa de atores locais também foram apontadas como elementos chave para garantir que as políticas públicas resultem em transformações econômicas duradouras e eficazes para as comunidades afrodescendentes.

2.2. Grupo de Trabalho 2 - Trabalho de mulheres negras e empreendedorismo

Neste Grupo de Trabalho destacou-se a importância de políticas públicas que priorizem o fortalecimento econômico e social das mulheres negras. Em primeiro lugar, enfatizou-se o papel essencial de organizações e fundações, como a Fundação Ibirapitanga, no suporte à sociedade civil e no apoio a projetos que promovam a autonomia econômica de afrodescendentes. Esse fortalecimento ocorre por meio de parcerias com organizações locais e bancos de desenvolvimento, alinhando a atuação coletiva para alcançar resultados mais profundos e duradouros nas comunidades marginalizadas.

A discussão trouxe à tona a necessidade de uma abordagem que integre raça e gênero nas práticas dos bancos de desenvolvimento. Apesar de avanços em iniciativas voltadas para gênero, a inclusão da questão racial ainda é marginal, o que limita o alcance dos programas existentes. Argumentou-se que essa falta de integração se reflete na ausência de dados específicos de raça e gênero nas operações financeiras, dificultando a identificação de beneficiários e a avaliação do impacto dos investimentos.

Outro ponto central foi a importância de uma governança inclusiva e territorial nas políticas de fomento, que envolva diversos atores e priorize as necessidades locais. A implementação de políticas de governança que reconheçam e valorizem as lideranças locais, especialmente em áreas vulneráveis, é vista como um fator crucial para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o apoio às lideranças femininas nas comunidades é fundamental para a criação de soluções que respondam às realidades locais, promovendo o desenvolvimento de forma integrada.

O grupo também abordou práticas inovadoras de financiamento que consideram critérios de gênero e sustentabilidade, como os "títulos de gênero", que orientam investimentos em infraestrutura e negócios liderados por mulheres. Sugeriu-se que essa abordagem poderia ser ampliada para incluir indicadores raciais,

potencializando a inclusão de minorias. Com isso, os bancos poderiam monitorar e avaliar qualitativamente o impacto dos recursos, garantindo que alcancem as minorias étnicas e de gênero de maneira eficaz.

Outro desafio discutido foi o acesso limitado a dados e informações sobre investimentos, que prejudica a transparência e dificulta a participação das organizações de base. Em termos de recomendação, argumentou-se que é preciso criar um sistema mais transparente, acessível às comunidades e organizações locais, permitindo que acompanhem os impactos das políticas e dos investimentos realizados. Essa transparência é essencial para que os recursos possam beneficiar quem mais precisa, evitando que se percam em processos burocráticos ou em projetos que não têm conexão direta com as necessidades da população afrodescendente.

Por fim, foram debatidas a criação de linhas de microcrédito e a presença de agentes de crédito nas comunidades periféricas, como uma forma de vencer barreiras que dificultam o acesso das mulheres afrodescendentes ao sistema financeiro. A presença desses agentes facilitaria a interação das empreendedoras com os bancos, suprimindo lacunas de educação financeira e confiança, essenciais para um acesso mais justo ao crédito.

2.3. Grupo de Trabalho 3 - Construção de capacidades e agenda para projetos de empoderamento da população afrodescendente

O Grupo discutiu formas de trabalhar a agenda do empoderamento econômico e a inclusão social de afrodescendentes, especialmente mulheres. A coleta de dados específicos sobre raça e gênero foi destacada como fundamental para identificar onde os recursos estão sendo alocados e avaliar o impacto das políticas públicas nas populações mais vulneráveis. A falta de transparência nos investimentos impede uma análise precisa e limita a capacidade de ajuste das políticas, comprometendo seu alcance.

Para promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável, o grupo enfatizou que grandes projetos de infraestrutura e investimentos de desenvolvimento devem contemplar compromissos com as comunidades locais, levando em consideração a extensão continental do país, com foco na inclusão de mulheres, afrodescendentes e indígenas. Nesse sentido, a criação de um fundo específico para regiões historicamente marginalizadas, como o Nordeste e o Norte brasileiros, foi proposta como uma estratégia para financiar ações voltadas ao empoderamento regional, com políticas de curto, médio e longo prazos que respondam às demandas locais.

O fortalecimento de redes de apoio e a capacitação de mulheres afrodescendentes em comunidades periféricas foram apontados como estratégias essenciais para garantir uma base sólida de desenvolvimento. Programas que proporcionem assistência terapêutica, segurança alimentar e suporte social podem criar um ambiente mais favorável ao empreendedorismo feminino. Além disso, para viabilizar o acesso ao microcrédito, a inclusão de agentes de crédito em territórios periféricos foi recomendada, com a intenção de oferecer educação financeira e suporte específico para que as empreendedoras possam utilizar o crédito de forma eficiente e produtiva.

A economia de impacto, que considera o lucro uma consequência da resolução de problemas sociais e ambientais, foi discutida como um modelo promissor para promover o desenvolvimento inclusivo. Os bancos de desenvolvimento poderiam adotar práticas semelhantes para maximizar o impacto positivo nos territórios onde atuam, incentivando empresas a contribuir para o desenvolvimento social.

Outro ponto central foi a sugestão para que os bancos formem uma coalizão para inclusão financeira e econômica, adotando critérios padronizados que promovam práticas inclusivas de forma abrangente. A ideia é que o impacto dessas iniciativas seja maximizado por meio da colaboração e da troca de conhecimentos entre diferentes instituições.

A criação de mecanismos de monitoramento e avaliação com critérios de raça e gênero foi ressaltada como essencial para medir de forma precisa o impacto dos projetos, garantindo que os recursos realmente beneficiem as comunidades vulneráveis. Com esse objetivo, propôs-se a criação de um fundo social para apoiar o desenvolvimento básico antes da concessão de crédito, promovendo a inclusão produtiva de forma mais sustentável.

Em âmbito internacional, o grupo enfatizou a importância da participação em conselhos de bancos multilaterais e no G20, para que o Brasil assuma compromissos de justiça social e racial, promovendo políticas afirmativas e de empoderamento econômico em fóruns de grande influência. Para auxiliar organizações e comunidades afrodescendentes a dialogarem de forma estruturada com bancos multilaterais, propôs-se a elaboração de um manual detalhado sobre os procedimentos e oportunidades de financiamento disponíveis, facilitando o acesso e a implementação dessas políticas inclusivas.

Por fim, discutiu-se a importância de estratégias que abordem o viés inconsciente na concessão de crédito, para assegurar que a proporção de financiamento seja justa e representativa. Parcerias entre a sociedade civil e bancos de desenvolvimento também foram recomendadas como uma maneira eficaz de fortalecer as capacidades de ambas as partes na implementação de políticas afirmativas, criando um ciclo de aprendizado e troca que beneficia as instituições e as comunidades.

3. Recomendações

3.1. Recomendações para Instituições Financeiras e Bancos de Desenvolvimento

- i. **Crédito Afirmativo para Afrodescendentes e Periféricos:** Desenvolver linhas de crédito subsidiado focadas em pequenos e médios empreendedores das periferias, com enfoque em afrodescendentes e apoiando o empreendedorismo local.
- ii. **Políticas de Microcrédito e Flexibilidade:** Ajustar políticas de microcrédito para contextos regionais, oferecendo alternativas de concessão, como histórico de pagamentos essenciais, para superar barreiras de crédito e ampliar o acesso financeiro nas comunidades vulneráveis.
- iii. **Adoção de Critérios Rigorosos de Diversidade:** Estabelecer metas de diversidade racial e de gênero nos editais e operações de crédito do BNDES e outros bancos de desenvolvimento, exigindo que 30% das equipes nos projetos sejam compostas por pessoas negras, especialmente em áreas de gestão e liderança.
- iv. **Integração de Indicadores Sociais e Raciais:** Incorporar indicadores de impacto social e racial nos critérios de financiamento, priorizando projetos que impactem positivamente a população afrodescendente nos quesitos saúde, educação e segurança.
- v. **Instrumentos Financeiros Afirmativos:** Criar produtos financeiros específicos para inclusão racial e econômica, como ETFs focados em diversidade e sustentabilidade, e adotar modelos como o Blended Finance, unindo filantropia e mercado para captar recursos destinados a comunidades vulneráveis.
- vi. **Replicação de Práticas Exitosas de Inclusão:** Adotar práticas de diversidade e inclusão do BID, adaptando-as para o contexto brasileiro e focando na criação de soluções financeiras sustentáveis para a população afrodescendente.

- vii. Formulários de Coleta de Dados de Raça e Gênero:** Implementar formulários de coleta de dados sobre raça e gênero em operações bancárias para monitorar o impacto das políticas inclusivas, independentemente se tais dados influenciem diretamente na concessão de crédito.
- viii. Transparência e Visibilidade:** Facilitar o acesso a informações sobre critérios e prazos de concessão de crédito, com dados acessíveis que permitam monitorar quem está sendo beneficiado e como, promovendo uma análise precisa do impacto das políticas financeiras.
- ix. Estabelecimento de Metas Específicas:** Definir percentuais mínimos de recursos para negócios liderados por mulheres e afrodescendentes, corrigindo desigualdades estruturais e promovendo inclusão socioeconômica.
- x. Títulos de Gênero e Diversidade:** Expandir os “títulos de gênero” para incluir componentes de diversidade racial e étnica, atraindo investimentos para projetos que beneficiem diretamente mulheres afrodescendentes.
- xi. Avaliações Qualitativas no Monitoramento de Impacto:** Incorporar avaliações qualitativas aos relatórios de impacto financeiro para identificar como grupos politicamente minoritários são impactados, ajudando a resolver barreiras ao acesso de mulheres e afrodescendentes a recursos financeiros.
- xii. Coleta e Publicação de Dados de Diversidade:** Instituições financeiras devem incluir dados raciais e de gênero em relatórios, aumentando a transparência e permitindo uma análise mais precisa sobre o impacto de investimentos em minorias políticas e mulheres.
- xiii. Coalizão para Inclusão Social e Étnica:** Formar uma coalizão entre bancos de desenvolvimento para políticas conjuntas de inclusão social e étnica, baseando-se em modelos do G20 e compartilhando dados e práticas de impacto inclusivo.
- xiv. Criação de Fundos Não Reembolsáveis (Fundos Perdidos):** Estabelecer uma “coalizão social” para direcionar recursos a fundos de apoio básico (saúde, educação, alimentação), criando uma base sólida para que o empreendedorismo e o microcrédito possam prosperar em comunidades vulneráveis.
- xv. Monitoramento de Viés Inconsciente no Crédito:** Adotar políticas para reduzir o viés inconsciente nos processos de análise de crédito, com iniciativas de treinamento sobre vieses e relatórios frequentes que assegurem justiça nas concessões de crédito.
- xvi. Sistema de Transparência de Dados:** Criar uma plataforma pública para divulgar dados sobre empresas e projetos financiados, permitindo o monitoramento do uso de recursos e beneficiários das iniciativas.

- xvii. Enfoque Regional de Desenvolvimento para Mulheres Afrodescendentes:** Criar um fundo voltado ao desenvolvimento econômico de mulheres afrodescendentes no Nordeste e em outras áreas carentes, oferecendo apoio direto a projetos que promovam a independência econômica.
- xviii. Incentivo a Modelos de Financiamento Comunitário:** Apoiar modelos de financiamento tradicionais, como cooperativas, para facilitar o acesso a crédito em comunidades vulneráveis.
- xix. Expansão das Políticas de Microcrédito Produtivo Orientado:** Fortalecer OSCIPs no acesso ao microcrédito, reconhecendo seu papel como intermediárias entre as comunidades periféricas e os bancos.
- xx. Promoção de Cadeias de Valor Inclusivas:** Estimular políticas públicas que integrem fornecedores afrodescendentes e periféricos na cadeia de valor de grandes empresas e que implementem compras inclusivas no setor público e privado.
- xxi. Compras Públicas Inclusivas:** Implementar políticas de incentivo para que o setor público e empresas adquiram produtos e serviços de negócios liderados por afrodescendentes e periféricos

3.2. Recomendações para Política Pública e Governos

- xxii. Criação de Fundos Específicos:** Desenvolver fundos dedicados ao empoderamento econômico da população afrodescendente e periférica, com apoio governamental e internacional, para apoiar microempreendedores locais e estados com alto índice de pobreza e desigualdade racial.
- xxiii. Investimentos em Municípios de Alta População Afrodescendente:** Priorizar investimentos estruturais em municípios com densidade de população afrodescendente, facilitando o acesso dessas regiões a créditos e projetos de desenvolvimento sustentável.
- xxiv. Criação de uma Coalizão para Inclusão no G20:** Formar uma coalizão envolvendo o C20, T20, W20, setor público, privado e terceiro setor para promover políticas estruturais e desenvolver soluções de longo prazo para inclusão racial e desenvolvimento econômico.
- xxv. Critérios de Vulnerabilidade Socioeconômica:** Integrar critérios sociais e econômicos que beneficiem diretamente a população afrodescendente, priorizando vulnerabilidades de renda e localização para direcionar políticas públicas com maior precisão.

- xxvi. Ajuste nas Normas do Bolsa Família:** Revisar as regras do Bolsa Família para permitir uma transição segura ao empreendedorismo, criando maior flexibilidade para beneficiários que busquem microcrédito e melhorias econômicas, sem risco imediato de perda do benefício.
- xxvii. Programas de Empoderamento com Enfoque Intersectorial:** Desenvolver programas de apoio econômico que integrem saúde, educação e assistência, fornecendo a mulheres afrodescendentes em vulnerabilidade uma base sustentável para o crescimento e desenvolvimento local.
- xxviii. Incentivo a Políticas Públicas de Capacitação para Mulheres Afrodescendentes:** Criar pequenos núcleos de apoio com foco na capacitação, assistência jurídica e acesso ao financiamento para mulheres afrodescendentes, promovendo o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das comunidades.
- xxix. Criação de Editais para Regiões Periféricas:** Lançar editais específicos para projetos de empoderamento feminino afrodescendente em áreas periféricas, incluindo apoio a capacitação e infraestrutura local, como creches e programas de formação para mulheres.
- xxx. Plano de Economia do Cuidado:** Propor ao G20 um sistema nacional que aborde o trabalho não remunerado, especialmente das mulheres afrodescendentes, e valorize o cuidado.
- xxxi. Redução da Exclusão Digital:** Adotar uma abordagem ética para IA e reduzir a exclusão digital da população afrodescendente, promovendo acesso equitativo ao universo digital.

3.3. Recomendações para Fortalecimento da Sociedade Civil e Parcerias Intersectoriais

- xxxii. Programas de Capacitação para Empreendedores Afrodescendentes e Periféricos:** Vincular o acesso ao crédito a programas de capacitação em gestão e educação financeira, ajustando o conteúdo para atender necessidades regionais e promover o desenvolvimento sustentável dos negócios.
- xxxiii. Centros de Acolhimento e Assistência para Mulheres Afrodescendentes:** Desenvolver centros de acolhimento que ofereçam apoio terapêutico, segurança alimentar e moradia para mulheres em contextos de vulnerabilidade, fortalecendo redes locais de apoio.

- xxxiv. Parcerias com o Terceiro Setor para Escuta Ativa:** Utilizar o terceiro setor para aproximar-se das comunidades locais, promovendo a escuta ativa e ajustando políticas às realidades locais com o suporte de lideranças comunitárias e organizações sociais.
- xxxv. Monitoramento de Impacto com Enfoque Racial:** Criar mecanismos de monitoramento e avaliação que considerem raça e gênero, garantindo que as políticas atinjam seus objetivos e proporcionando uma análise que permita ajustes para atender comunidades vulneráveis.
- xxxvi. Parcerias com Setores Públicos, Privados e ONGs:** Estabelecer parcerias intersetoriais para promover uma agenda coordenada de empoderamento racial, facilitando a implementação de práticas inclusivas e integradas entre diferentes setores.
- xxxvii. Apoio Internacional e Replicação de Boas Práticas:** Promover colaborações com agências de desenvolvimento, como o BID, para replicar modelos de sucesso em políticas inclusivas, ajustando experiências internacionais ao contexto local.
- xxxviii. Manual para Capacitar Movimentos Sociais:** Desenvolver manuais que expliquem o funcionamento dos bancos multilaterais, facilitando o entendimento e acesso dos movimentos sociais e organizações negras aos recursos disponíveis para projetos de empoderamento.
- xxxix. Processos Participativos em Editais e Financiamentos:** Incluir as comunidades locais no desenho de editais e processos de financiamento, promovendo o engajamento das lideranças e a proximidade com as realidades locais.

4. Conclusão

O evento sobre o empoderamento econômico da população afrodescendente e o papel dos bancos nacionais e regionais de desenvolvimento representou um marco de grande importância para reforçar compromissos e traçar novas direções para a inclusão econômica. As discussões trouxeram à tona o potencial transformador de políticas financeiras e de crédito inclusivas, que reconheçam as barreiras estruturais enfrentadas pelas populações afrodescendentes. Ao debater soluções específicas para o acesso ao crédito, o fortalecimento das cadeias de valor e o fomento à liderança afrodescendente, o evento reafirmou a urgência de integrar a equidade racial nas estratégias de desenvolvimento econômico, criando uma base sólida para novas práticas e iniciativas inspiradoras. As discussões evidenciaram a importância de integrar uma perspectiva de gênero nas políticas de desenvolvimento, reconhecendo as barreiras específicas enfrentadas por mulheres afrodescendentes e ampliando as oportunidades de participação econômica para todos.

As recomendações discutidas destacam o papel essencial dos bancos de desenvolvimento como agentes catalisadores de justiça econômica e social. Com o apoio de parcerias intersetoriais e o compromisso contínuo com a diversidade, é possível não apenas reduzir a exclusão econômica, mas também fortalecer o potencial empreendedor de comunidades afrodescendentes, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável. As práticas e modelos sugeridos ao longo do evento são, portanto, sementes de um futuro em que a inclusão racial e a equidade financeira se entrelaçam, dando forma a uma economia que valorize a pluralidade e impulsione o crescimento de maneira inclusiva e transformadora.

Essas recomendações devem ser recebidas com atenção pelo Estado brasileiro, o setor privado, os bancos multilaterais, o BNDES e os bancos de desenvolvimento regionais, e os agentes financeiros em geral, pois todos desempenham um papel central na construção de uma sociedade antirracista. É urgente que todos estes agentes aceitem e implementem essas propostas, demonstrando compromisso na luta contra o racismo e promovendo políticas de reparação e inclusão que avancem rumo a uma sociedade mais justa. O combate ao racismo não é apenas uma questão de justiça histórica, mas um fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país. Somente com a adesão de todos os setores – governamental, privado e sociedade civil – será possível concretizar um futuro de igualdade e dignidade para as populações marginalizadas.

